



MANUELZÃO

UFMG Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

65

ANO 15

MAIO DE 2012

☐ retroceder
☐ estagnar
☐ avançar

Questão de escolha

Rio+20:

decisão nas mãos de poucos

Código Florestal:

desrespeitar não é opção

Meta 2014:

integração é a alternativa correta

Questão de escolha

#65. ANO 15 . MAIO DE 2012

Entrevista

TRANSPOSIÇÃO SE MOSTRA UM ERRO

20



Foto: R. SEBASTIÃO GOMES

Incêndios florestais 8
As dificuldades da prevenção

Biomonitoramento 10
Uma boa forma de avaliação

Desreguladores endócrinos 18
Eles estão soltos por aí

Acontece 23
Núcleos relatam problemas



Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Fundado em 1997 na Faculdade de Medicina da UFMG.

Coordenação Geral:
Marcus Vinícius Polignano
mupoli@medicina.ufmg.br
Apolo Heringer Lisboa
apololisboa@gmail.com
Coordenação NuVelhas:
Thomaz da Matta Machado
Biomonitoramento:
Carlos Bernardo, Marcos Callisto, Mascarenhas e Paulo Pompeu
Recuperação vegetal:
Maria Rita Muzzi
Mobilização social e
Educação ambiental:
Lísia Godinho, Rogério Sepúlveda e
Tarcísio Pinheiro
Comunicação Social:
Elton Antunes
Publicações:
Eugênio Goulart

Redação e Edição
Eliziane Lara (MTb 12.322 DRT/MG), Carlos Jáuregui (MTb 13.674 DRT/MG), Anna Cláudia Pinheiro, Isabela Meireles, Isadora Marques, Luís Cunha e Natália Ferraz
Colaboração: Adélia Oliveira e Eduarda Rodrigues

Diagramação e Ilustração
Daniel Monteiro
Projeto gráfico: Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG sob a coordenação de Paulo Bernardo Vaz.
Impressão: Esdeva

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores da revista e do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Medicina Preventiva e Social Internato em Saúde Coletiva
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl. 813, BH - MG - CEP: 30130-100
(31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

PARCERIAS E PATROCÍNIO



COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Hora de decidir

Caro leitor,

Fazer escolhas nem sempre é fácil. Principalmente quando estamos diante de questões importantes, como o meio ambiente. Muitas vezes, a melhor opção é articular esforços para que os objetivos sejam alcançados. Assim é o caso da Meta 2014 (p. 5) e a situação dos incêndios florestais em Minas Gerais (p. 8).

Antes de decidir, é preciso refletir sobre as alternativas. Algumas soluções funcionam muito bem, como o biomonitoramento na Bacia do Rio das Velhas (p. 10). Mas quando as questões são mais complexas, nem sempre as escolhas são acessíveis a todos — e apenas os mais poderosos tomam as decisões (p. 12).

E há situações em que não se pode retroceder. Exemplo disso é a questão do Código Florestal (p. 16), que requer decisões sensatas. Em outros casos, deixar as coisas como estão também não é uma boa escolha. Prevenir os danos de algumas substâncias químicas (p. 18) pode ser um grande avanço.

Normalmente, há várias alternativas, mas nem todas são válidas. Algumas escolhas se mostram um verdadeiro erro, como a Transposição do Rio São Francisco (p. 20). Por isso, é importante pensar bem antes de tomarmos qualquer decisão.

Uma boa pedida é ler as reportagens desta revista.

Boa leitura!

“A comunidade acha que a Prefeitura [de Belo Horizonte] não cumpriu com o Orçamento Participativo 2006, mas a Prefeitura garante que eles não podiam fazer mais do que fizeram: a desapropriação, o cercamento e uma guarita”

COORDENADORA DO NÚCLEO BREJINHO, DALVA CORRÊA, SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DO BREJINHO

“Não haverá anistia para ninguém. Todos deverão recompor as matas ciliares desmatadas ilegalmente”

DISSE A MINISTRA DO MEIO AMBIENTE
IZABELLA TEIXEIRA



MANIFESTAÇÕES

A natureza

A natureza é bela
fica feliz com quem gosta dela
eu gosto da natureza
ela é uma beleza.

Quem destrói a natureza,
para esses não tem moleza,
é enchente, é poluição, é desmatamento
que dói no coração.

Arthur Almeida, 9 anos, estudante do 3º ano do Colégio Regina Pacis

A natureza é uma beleza

A natureza é uma beleza!
O sol ilumina a terra
a lua clareia a noite e
as estrelas brilham no céu.

E a água pura: que gostosura
e os animais: nunca são demais
oh! amigo, coopera comigo, vamos lá
limpar o mar.

Se não cuidar, vai acabar
se não limpar, vai piorar e
o calor vai aumentar.

Virgínia Andrade, 8 anos, estudante do 3º ano do Colégio Regina Pacis

*“Eu vou pular naquele Rio e,
se eu ficar doente, o estado
vai ter que me indenizar”*

IDEALIZADOR DO PROJETO
MANUELZÃO, APOLO HERINGER, NO
LANÇAMENTO DA META 2014

Erramos

Diferentemente do informado na reportagem “Ainda é pouco” (edição 64), a Copasa está realizando obras de saneamento que fazem parte da Meta 2014 na Bacia da Pampulha, apenas, e não na região de Vargem das Flores.



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição para revista@manuelzao.ufmg.br ou facebook.com/manuelzao

Manuelzão em foco

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA

Mais conhecido como Macaco, integrou o subprojeto *Manuelzão Dá o Recado* por mais de três anos. Atualmente é jornalista e mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas.



Durante quase quatro anos, tive a oportunidade de atuar na produção do informativo do Projeto Manuelzão, que à época ainda circulava como um jornal. Pensar o papel desse veículo sempre foi uma constante durante essa atuação e me instigou, anos mais tarde, a olhar de outro lugar para essa experiência. Entre 2010 e 2011, me dediquei a compreender como uma organização que milita em uma causa social poderia utilizar a linguagem jornalística como um instrumento de luta. Foram 58 edições do jornal/revista Manuelzão lidas, categorizadas e analisadas.

As publicações nos oferecem uma história do próprio Projeto. É possível observar três fases em suas páginas. Na primeira, o veículo procura reafirmar os valores e as crenças básicas do Manuelzão, demarcar seu lugar e reforçar suas origens, principalmente no que se refere à UFMG e à Faculdade de Medicina. É a fase que chamei de “Eu sou”. Já a segunda fase, que chamei de “Eu faço”, é o momento em que o informativo mostra o Projeto partindo para a ação, com notícias sobre suas realizações. Por fim, na terceira fase, nomeada “Eu também falo”, o Projeto é descrito não apenas como ativo, mas também como um ator preocupado em enriquecer debates e elucidar temas, considerando já ter um lugar privilegiado na esfera pública.

“O mais interessante é ver que as previsões feitas pelo Manuelzão se tornam verdadeiras, uma vez que a Transposição já se mostra uma obra incapaz de atender aos objetivos alegados”

O segundo objetivo da pesquisa foi compreender como os argumentos dessa instituição apareciam em um debate específico. Para isso, escolhi um tema marcante na trajetória do Manuelzão e de todos que acompanharam esse debate: a Transposição do Rio São Francisco. Todos os textos que trataram desse tema ao longo das 58 edições analisadas foram selecionados e encadeados, formando uma grande história de guerra. Guerra essa que colocou, de um lado, o Projeto Manuelzão, denunciando

as falhas da obra e, de outro lado, o governo que, na história narrada pelo jornal/revista, é movido por interesses obscuros e não justificáveis publicamente.

Essa história possui seis momentos: o prólogo, a declaração de guerra e primeiras batalhas, o recuo estratégico, o clímax, a aproximação do inimigo e a derrota. O prólogo é o momento no qual a Transposição é apenas um tema incipiente, porém já polêmico. A declaração de guerra e primeiras batalhas são os momentos em que o Projeto posiciona-se publicamente contra a obra e parte para o embate em eventos, protestos, audiências públicas etc.

No recuo estratégico, o Manuelzão flexibiliza seu discurso de rejeição total à Transposição para aceitação de um de seus eixos, desde que somente para o abastecimento humano. O clímax representa o momento da Caravana em Defesa do São Francisco e do Semiárido Contra a Transposição, um esforço integrado pelo Projeto em oposição à obra. A aproximação do inimigo trata-se da descrição dos projetos de barragens no Rio das Velhas, ou seja, os reflexos da Transposição aqui bem próximos. Por fim, uma derrota, pois a obra foi iniciada. O mais interessante de tudo é ver que todas aquelas previsões feitas pelo Manuelzão durante “a guerra” se tornam verdadeiras, uma vez que a Transposição já se mostra uma obra superfaturada e incapaz de atender aos objetivos alegados.

Essa história ainda possui outros personagens marcantes, como o agronegócio (o grande interessado), os comitês de bacia hidrográfica e o bispo Luiz Flávio de Cappio (religioso que fez greve de fome contra a Transposição). A história também tem vítimas, representadas pelos nordestinos e pelos moradores das margens do Rio das Velhas, que podem perder suas casas em função das barragens.

Ao final do estudo, pude perceber o quanto é rico o jornalismo quando apropriado por uma organização que milita na área social. Além de ajudar a construir a memória da instituição, contando e recontando sua história, também traz uma série de recursos narrativos que permitem dar uma roupagem simples e compreensível à uma argumentação densa e complexa, permitindo que os ideais do Projeto circulem nos mais variados espaços: de escolas a comitês de bacia hidrográfica, de gabinetes de deputados a Núcleos Manuelzão. ♦

Mais do que palavras

O COMPROMISSO ESTÁ ASSUMIDO: EM 2014 VAMOS NADAR EM LAGOA SANTA

ISABELA MEIRELES, ISADORA MARQUES E LUÍS CUNHA
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Na tarde do dia 26 de abril, mais de 500 pessoas estavam frente a frente com representantes do governo de Minas Gerais no auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa. Representantes de núcleos Manuelzão, estudantes e membros de comitês de bacia tornaram-se testemunhas do lançamento dos Projetos de Revitalização das Bacias de Minas, com ênfase no projeto estratégico Revitalização da Bacia do Rio das Velhas — a Meta 2014.

O modelo para a recuperação dos rios de Minas, que ficará a cargo do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), foi inspirado na experiência de recuperação das águas do Rio das Velhas, impulsionada pelo Projeto Manuelzão e desenvolvida nos últimos anos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Agora, essa proposta é lançada como exemplo para outras bacias do estado, especialmente a do Paraopeba e do Rio Doce.

UM NOVO COMEÇO

A Meta 2014 é mais do que uma continuação da Meta 2010: é uma oportunidade para alcançar resultados que não foram obtidos até então. Numa analogia com o futebol, o idealizador e co-fundador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer, argumenta que é como se tivéssemos iniciado a prorrogação. “E prorrogação só tem mais uma, não tem três prorrogações”, alerta. A partir da proposta do Manuelzão, o governo do estado e as prefeituras da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) se comprometeram a trabalhar juntos para que a revitalização da Bacia do Rio das Velhas se torne possível. “O compromisso de nós todos que aqui estamos é nadar no Rio das Velhas, na Região Metropolitana em 2014”, assegura Anastasia.

De acordo com o documento *Compromisso pela Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas: Assegurar a volta do peixe e o nadar na RMBH em 2014*, assinado pelo governo do estado, municípios e coordenadores do Projeto Manuelzão, a Meta 2014 possui três focos: recuperar o trecho mais degradado do Velhas que atravessa a Região Metropolitana, preservar a sub-bacia do Cipó/Paraúna e recuperar e preservar os afluentes do Velhas, envolvendo todas as prefeituras e empresas das sub-bacias e sub-comitês.

A consolidação da Meta só será possível a partir

de um novo arranjo institucional, que deverá envolver diversos setores na busca do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a qualidade das águas. Para demonstrar o engajamento com a iniciativa, todos os envolvidos com a Meta assumiram o compromisso de nadar em Lagoa Santa no ano de 2014.

TODOS POR UM

Cuidar de um curso d’água com 801 km de comprimento e que atravessa uma região metropolitana formada por 34 municípios é um dos desafios enfrentados por Minas Gerais. Os problemas são tantos que, para o governador do estado, a revitalização do Rio das Velhas não pode ser considerada tarefa de poucos: “é uma responsabilidade de Minas Gerais, do governo, da sociedade, dos empresários, da universidade, de todos”.

Uma gestão com três lados. É o que defende o idealizador do Projeto Manuelzão. Para ele, o ideal é que empresários, governo e sociedade civil se reúnam em torno de uma mesa para discutir as questões do saneamento em Minas Gerais e propor soluções. Segundo Apolo, o Projeto Manuelzão tem buscado dialogar com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) para emplacar a gestão compartilhada e descentralizada do meio ambiente. Para ele, uma aliança como essa seria capaz de resolver o problema ambiental da Bacia. “Isso tá previsto em lei. É só fazer o ato admi-

Questão de prioridade

De acordo com o governo de Minas Gerais, até 2011, o estado investiu R\$ 1,3 bilhão em obras e ações de saneamento, projetos de esgotamento sanitário, mobilização social e outras ações para a recuperação da Bacia do Rio das Velhas. Até 2015, a previsão é de que serão investidos mais R\$ 500 milhões. Enquanto isso, a reforma do Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, com vista na Copa do Mundo de 2014, receberá R\$ 426,1 milhões (aproximadamente 23,6% do investimento total em saneamento). “Mais importante que a Copa do Mundo é revitalizar o Rio das Velhas. Nosso povo sabe dessa diferença. Se perguntar para o povo, o povo prefere recuperar o Rio das Velhas do que Copa do Mundo”, afirma Apolo.

nistrativo, que é uma reivindicação do Projeto Manuelzão desde 2008”, observa o idealizador, em menção à Lei nº 9.433, que prevê a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

Já o coordenador geral do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano, destaca o papel do Comitê da Bacia do Rio das Velhas. De acordo com ele, o Comitê estimula o debate local por meio dos sub-comitês, incluindo a participação do governo, da sociedade civil e da iniciativa privada. “Tem sido uma dinâmica boa”, comenta Polignano. Isso tem permitido que as políticas públicas se aproximem das questões que estão acontecendo no nível de cada sub-bacia, possibilitando ajustes finos com as necessidades locais. O cidadão também está fazendo sua parte. Segundo o coordenador geral, a população tem ajudado no processo de revitalização da Bacia, mas é sempre desejável que mais pessoas conheçam, entendam e participem do processo.

APERTAR O PASSO

“Não dá para levar a Meta 2014 do jeito que está”. A frase proferida por Apolo no lançamento é uma cobrança em relação à lentidão das ações necessárias para o sucesso do projeto de revitalização da Bacia do Rio das Velhas. Assim, o encontro serviu como impulso para a Meta 2014 ganhar um ritmo mais ligeiro. “O que estamos fazendo nesse momento é reaquecer as turbinas e os com-

promissos assumidos para que a coisa saia do discurso para a prática”, diz Polignano.

Para ele, os avanços foram poucos no ano passado: “Eu diria que 2011 foi um ano meio perdido para a Meta. Daqui a dois anos, os resultados têm que mostrar um avanço em relação ao que já foi conseguido até 2010. Repetir resultados não vale”. Ele pontua que o tratamento dos esgotos, por exemplo, poderia avançar mais. As Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) de Belo Horizonte, segundo ele, têm capacidade para tratar 100% dos efluentes da cidade, mas uma parte significativa dos esgotos não chega até as ETEs devido a dificuldades na interceptação. Segundo informações da Copasa, Belo Horizonte possui atualmente 99% de atendimento do sistema de coleta do esgoto, mas apenas 68,82% do que é coletado recebe tratamento.

“Temos que avançar principalmente no saneamento do Onça, que deve ser uma prioridade. Tem que haver um investimento pesado pra que a gente possa interceptar os esgotos dessa sub-bacia e fazer o tratamento terciário para eliminar os coliformes fecais”, defende Polignano. “E é preciso avançar no tratamento de efluentes de Sabará, Nova Lima e Sete Lagoas, que também são pontos estratégicos. Esse ano nós temos que ter definições claras em relação ao saneamento nesses lugares. Além disso, é necessário lutar pela preservação dos rios que são de qualidade especial e classe 1, como os da Bacia do Rio

FOTO: OMAR FREIRE/IMPENSA.MG



Governo, setor empresarial e sociedade civil selam compromisso com a revitalização da Bacia do Velhas

Cipó, que alimenta o Rio das Velhas e contribui para a melhoria da qualidade de suas águas.

OUTRAS PREOCUPAÇÕES

Contudo, a Meta 2014 não busca apenas o tratamento de esgoto. Há diversas outras questões que têm menor visibilidade e que, por isso, acabam sendo negligenciadas. Exemplo disso são as propostas para a agricultura. Para que a Meta seja alcançada, é necessário desenvolver práticas sustentáveis. Quando são usados agrotóxicos e fertilizantes, eles acabam se infiltrando no solo, contaminando os lençóis freáticos e cursos d'água. “Não dá para se pensar em um projeto de recuperação que não preserve a mata ciliar. A agricultura deve ser menos agressiva, deve usar menos poluentes químicos”, argumenta Polignano.

Ele lembra que também é importante evitar as monoculturas, inclusive as de eucalipto: “são extremamente perniciosas por prejudicar a biodiversidade e não permitir mais equilíbrio do ponto de vista ecossistêmico”. No entanto, o coordenador avalia que muito pouco vem sendo feito em prol de uma agricultura sustentável. É preciso haver uma mudança, de modo que o setor produtivo se envolva com as ações de revitalização.

Outra questão que ficou em segundo plano é a proposta de proteção da biodiversidade, diretamente relacionada com a qualidade da água na Bacia. “No nosso caso, cujo maior bioindicador é o peixe, o importante é melhorar cada vez mais a qualidade da água”, explica Polignano. “À medida que garanto uma água com um bom nível de oxigênio, com menos metais pesados e menos agrotóxicos, estou garantindo um elemento essencial à vida”.

NAVEGAR É PRECISO

“Navegar, pescar e nadar” é o lema que norteou a primeira Meta proposta pelo Projeto Manuelzão. O peixe está voltando. Em 2010, representantes do governo e a população nadaram em Santo Hipólito, no médio Velhas, para comemorar os resultados alcançados e o próximo nado já foi marcado para Lagoa Santa, em 2014. Mas... e a navegação? Pouco se tem a dizer. Na verdade, o Projeto Manuelzão esperava, inicialmente, viabilizar a navegação nos arredores da RMBH. Mas os estudos de batimetria [ver verbete] do Velhas constataram que isso seria difícil devido ao assoreamento. Há também outras dificuldades de navegação do próprio rio, como o acúmulo de areia em determinados trechos. “Temos estimulado a navegação, principalmente no médio e no baixo Velhas, porque já é um território onde o volume de água é maior e as embarcações podem transitar”, explica Polignano. Apesar do incentivo do Projeto, as autoridades não se manifestaram a respeito da possibilidade de navegação na Bacia do Rio das Velhas. ♦

O que prevê a Meta 2014

O projeto estratégico Meta 2014: Revitalização da Bacia do Rio das Velhas estima investimentos de aproximadamente R\$ 54 milhões, ao longo de quatro anos. Deste montante, 45,7 milhões devem ser investidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e 8,5 milhões pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Os recursos serão distribuídos entre as seguintes ações:

- Adequação do Plano Diretor da Bacia do Rio das Velhas;
- Conservação da biodiversidade com manutenção de áreas de preservação permanente;
- Educação ambiental e mobilização social;
- Elaboração de projetos de saneamento ambiental;
- Gestão de resíduos e efluentes;
- Implantação e ampliação de obras de coleta e saneamento de esgoto;
- Monitoramento da qualidade da água.
- Tratamento terciário de efluentes em Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

Trecho do Rio das Velhas em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mostra que a qualidade das águas da Bacia ainda está bastante comprometida



FOTO: ANNA CLÁUDIA PINHEIRO

Batimetria

é a medição da profundidade dos oceanos, lagos e rios. Essa técnica é fundamental para se estudar a possibilidade de navegar em um curso d'água.

De novo?!

APESAR DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO, INCÊNDIOS FLORESTAIS PERSISTEM EM ÉPOCA DE SECA

ANNA CLÁUDIA PINHEIRO
Estudante de Comunicação Social da UFMG

“**M**ais de 80% do Parque Estadual da Serra do Rola Moça está em chamas”. “Desde domingo, o fogo se espalha pela Serra do Curral”. “Bombeiros e brigadistas combatem focos de incêndio em Minas Gerais”. Basta o período seco chegar para manchetes como essas aparecerem em jornais, revistas, programas de rádio e televisão. Durante o resto do ano, porém, os incêndios parecem ser esquecidos.

Para reduzir a destruição que as queimadas causam, esse problema não pode ser negligenciado fora do período crítico. Nesse sentido, o governo de Minas possui o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Previncêndio), do Instituto Estadual de Florestas (IEF), que realiza ações nas Unidades de Conservação durante o ano inteiro. Entre elas, estão a capacitação e formação de brigadas e atividades de educação ambiental, como a visita preventiva e a cavavana ambiental, realizada por uma equipe que vai às escolas das comunidades no entorno das Unidades de Conservação. Na visita preventiva às residências são dadas orientações e distribuídas cartilhas sobre os procedimentos para a queima controlada e sobre a importância da Unidade de Conservação. Além disso, são identificadas estratégias para a atuação durante o combate aos incêndios: como e onde é possível captar água, onde há veículos que podem ser disponibilizados para apoio, entre outros aspectos.

Em Minas também há uma unidade do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), do Ibama. No entanto, segundo o coordenador estadual do Prevfogo em Minas Gerais, Vicente dos Santos, o tamanho da equipe não é o ideal. “Foi liberado para contratarmos para o Brasil inteiro 2.200 brigadistas. Não é um número satisfatório, mas dá para trabalhar. Aqui em Minas, eu terei 75 homens para contratar este ano”. Vicente afirma que o foco do Prevfogo é a educação ambiental e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais tem investido no mesmo sentido. “Um dos trabalhos que nós fazemos é em escolas, começando essa educação ambiental na faixa etária de 7 até 15 anos. Damos palestras em empresas, associações e comunidades, fazemos trabalhos na rede de televisão e rádio e seminários”, conta o chefe da Diretoria de Emergências Ambientais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, 2º Tenente Cleber Ribeiro.

Mesmo com os programas de prevenção, no ano passado Minas Gerais registrou o maior número de focos de queimadas do país. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em setembro de 2011 foram registrados 2.845 focos em todo o Estado, 54% a mais do que no mesmo período de 2010. Com o objetivo de evitar que um quadro como esse se repita, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresentou o “Plano de Ação 2012 de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais”. A ideia é trabalhar com os eixos: capacitação, prevenção, combate, comunicação, infra-estrutura e logística, fiscalização e investigação. O lançamento oficial do Plano aconteceu em maio, mas segundo a diretora de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Eventos Críticos do IEF, Zenilde Viola, as ações já estavam em andamento desde o início do ano.

O DE SEMPRE

Cigarros jogados na beira da estrada, fogos de artifício ou mesmo velas esquecidas acesas. Apesar de parecerem banais, situações como essas podem causar incêndios. Segundo Zenilde, em mais de 90% dos casos eles são causados por ações humanas, intencionais ou não. “Às vezes, uma fogueira realizada numa área de camping pode causar incêndio”, exemplifica. Mesmo incomuns, os incêndios também podem ter causas naturais. Provocados por raios, eles acontecem quando uma descarga atmosférica não é seguida de chuva. “Temos um índice muito pequeno, mas tem acontecido aqui em Belo Horizonte e na Serra do Cipó. No Santuário do Caraça e na Serra da Canastra também já aconteceu”, explica Cleber Ribeiro.

Em áreas rurais, uma das grandes causas de incêndios é a queima para o plantio e limpeza de pastos. Para prevenir que essa prática desencadeie um incêndio é recomendada a queima controlada, feita com equipamentos de segurança e monitoramento. Esse procedimento só pode ser realizado com autorização do IEF. De acordo com o 2º Tenente, porém, por falta de tempo ou, muitas vezes, de informação, os agricultores acabam não buscando acompanhamento.

A perda de vegetação é a consequência mais aparente dos incêndios, mas não é a única. Empobrecimento e acidez do solo, perda do habitat da fauna local e



FOTO: EVANDRO RODNEY

Incêndio na Serra do Rola Moça, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em setembro de 2011

lançamento de monóxido de carbono na atmosfera aumentam a lista. Os cursos d'água também sofrem com a ação do fogo. Se houver chuva após o incêndio, as cinzas serão carregadas para dentro dos rios ou córregos, intensificando a acidez da água. Além disso, os incêndios que ocorrem próximo a matas ciliares podem secar os mananciais, prejudicando o ciclo dos rios. “A recarga de água está muito ligada ao ambiente saudável em termos de vegetação. Toda vez que você retira vegetação daquela área, você favorece o desaparecimento dos cursos d'água”, afirma o presidente da Brigada 1 – ONG formada por brigadistas voluntários que trabalham no combate a incêndios na Região Metropolitana de Belo Horizonte –, Rodrigo Belo.

(DES)ARTICULAÇÃO

Evitar os incêndios deve ser uma ação conjunta do governo, setor privado e sociedade. Para Rodrigo, um dos problemas graves do Brasil é que as instituições ainda discutem qual a competência de cada uma. “A partir do momento que a gente definir a quem cabe o quê, as coisas vão passar a andar de uma forma muito melhor”, ressalta. Dessa forma, o poder público precisa se organizar efetivamente, pensando políticas de combate que envolvam diversas instituições, setores privados e voluntariado. “Um erro que as pessoas cometem é achar que quem combate incêndios florestais é só o Corpo de Bombeiros. Na verdade, existem várias entidades e o governo tem que criar mecanismos para integrar essas equipes. Ainda existe muito trabalho

desconexo entre elas e isso afeta muito a prevenção e, principalmente, o combate”, avalia o brigadista.

Segundo Rodrigo, o setor privado, além de se utilizar de práticas que não provoquem incêndios, deve apoiar iniciativas educacionais que contribuam para prevenção e combate dos incêndios. Ele afirma que uma mudança nos hábitos de consumo também pode ser um caminho para combater o problema. “Comprar produtos que não gerem queima, que contribuam para a causa ambiental. Falar ‘eu vou comprar dessa empresa porque ela tem uma atitude mais sustentável’”, propõe.

A queima não autorizada é crime ambiental e é dever da polícia investigá-la e punir os responsáveis. “É importante que a polícia civil também trabalhe, porque se ela não investiga os incêndios e a justiça não pune os culpados, todo ano nós vamos ter incêndio”, observa o presidente da Brigada 1. “Quando combatemos os incêndios, mas não investigamos, não punimos, o recado que passamos é ‘pode pôr fogo que ano que vem estaremos aí de novo para combater’. É preciso trabalhar conjuntamente: bombeiro, polícia civil, justiça e sociedade”. ♦

PARA ACIONAR OS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS, LIGUE PARA:

Força-Tarefa Previncêndio - 0800 283 2323

Bombeiros - 193

Polícia Ambiental - 190

Eles estão voltando

PRESENÇA DE SERES VIVOS NOS RIOS INDICA QUALIDADE DAS ÁGUAS

ADÉLIA OLIVEIRA E EDUARDA RODRIGUES
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

O que conta a história de um rio? A água que corre ou a vida que pulsa dentro dele? A resposta é simples: uma completa a outra de forma incessante. Sabendo disso, o Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da Bacia do Rio das Velhas (NuVelhas) implantou na região um monitoramento de cursos d'água diferente do que havia até então — o biomonitoramento. A equipe do NuVelhas “pesca” e nós trazemos as informações que apontam como anda a vida submersa na Bacia.

Os levantamentos feitos durante 2010 e 2011 revelaram algo de que já se suspeitava: o tratamento de esgoto contribuiu para o retorno de peixes — incluindo o dourado e a matrinhã, espécies conhecidas, mas que andavam sumidas das águas da Bacia.

“O Rio das Velhas não melhorou muito, mas algumas espécies já conseguiram passar da Região Metropolitana de Belo Horizonte”, afirma o biólogo do NuVelhas, Carlos Mascarenhas, o Cacá. Segundo ele, houve diversas variações na qualidade das águas, mas elas ainda estão fora dos parâmetros do Conselho Nacional do Meio Ambiente e do Conselho de Política Ambiental. A tendência, porém, é melhorar em consequência do tratamento de esgoto.

PASSO A PASSO

Para a realização do mais recente levantamento, foi feita a coleta de exemplares na Bacia em 37 pontos distintos, durante as estações de seca e chuva. As amostras foram então levadas para laboratório e catalogadas. O processo leva em conta a presença de seres bioindicadores, sua distribuição, composição e abundância. Quando um peixe está em determinado local, por exemplo, sabe-se que ele teve condições mínimas para nascer, se desenvolver e se reproduzir até aquele trecho.

Mas a ausência de seres mais sensíveis, como insetos e moluscos, mostra o quanto o ambiente pode ainda estar comprometido. Trata-se dos invertebrados bentônicos, os bentons, animais que habitam diferentes partes do substrato aquático. Muitas vezes eles são capazes de completar o ciclo de vida apenas em uma pequena área e alguns deles nem mesmo se locomovem. Por causa de sua fragilidade e grande sensibilidade à presença de poluentes, os bentons são considerados indicadores importantes da qualidade da água.

Nota-se uma volta desses seres, mas ainda não é um dado significativo. O tratamento de esgoto que ainda não chega a todas as cidades da Bacia do Rio das Velhas torna a existência deles limitada. Segundo a Copasa, o índice de tratamento do esgoto coletado na Bacia alcançou 76% em 2011, com pretensões de atingir 82% este ano, o que deverá melhorar o quadro.

Se por um lado as coisas estão complicadas na calha principal da Bacia, por outro, o Rio ainda conta com afluentes saudáveis. Dessa forma, os peixes podem sair de um rio e ir para outro, repovoando o Velhas por meio da chamada “conectividade”.

Apesar do apoio da Copasa, o NuVelhas ainda não consegue realizar toda a pesquisa necessária para a tomada de decisões que possam recuperar a Bacia. O nível de metais pesados, por exemplo, ainda não é medido. “O material necessário e os equipamentos são muito caros e nós não os temos”, revela Cacá. “O custo das análises em laboratório comercial de uma amostra é de cem a duzentos reais. Imagine em dezenas de pontos de amostragem vários elementos (Chumbo, Cobre, Mercúrio etc.) e pelo menos duas campanhas de amostragem por ano. Isso daria um valor muito alto para incluir nos projetos”.

A matrinhã é uma das espécies que está voltando para o Rio das Velhas

ÍNDICES DE VIDA

É da preocupação com a situação da Bacia, visivelmente afetada na RMBH, que começou em 1999 o biomonitoramento. Os aspectos bioquímicos e seus índices já eram analisados, gerando dados importantes, mas não tão eficientes porque se alteravam de forma rápida e imprevisível. “Com o monitoramento dos seres vivos, não se tem mais aquele retrato instantâneo do ambiente apenas naquele momento, e isso te permite elaborar conclusões um pouco melhores”, relata Cacá.

O NuVelhas desempenha papel importante quando começa a monitorar a vida na Bacia. As regiões pouco ou nada poluídas, as “áreas de referência”, são comparadas com outros trechos do Rio, buscando-se manter uma sequência de informações construídas ao longo do tempo para obter análises mais seguras sobre a qualidade das águas.

Segundo o especialista, a implementação do Índice de Integridade Biótica seria outra abordagem para o biomonitoramento. Com essa metodologia, considera-se não só a água e os bioindicadores, mas outros elementos das bacias, como o uso e a ocupação do solo; e o habitat (a aparência do rio e suas margens, a mata ciliar, a velocidade das águas etc). “Temos, então, uma interpretação muito mais refinada do meio ambiente”, observa.

A OUTRA MARGEM

Há quem viva nas redondezas do Rio das Velhas e conheça cada pedaço dele como a palma da própria mão. Assim é a história de Antônio Ventura, o Toninho, que mora em Santa Luzia desde sua infância e soma mais de 40 anos de convivência com o Rio. Ele percebe uma mudança na água do Velhas desde o surgimento do Projeto Manuelzão e o começo do biomonitoramento. “Tem uns quatro anos que ela melhorou demais. Fui lá agora, mexi na barca e tá limpinha mesmo”, comenta Toninho.

Porém, mesmo com os avanços, o morador reconhece que em determinadas épocas do ano, principalmente em períodos chuvosos, as águas do Rio adquirem um aspecto turvo e os problemas que atingem a vida do curso d'água se agravam: “Vem esgoto da rua, vem tudo aqui. Os peixes morrem e fica um fedor insuportável”.

Quem permanece na região não perde a fé de que as lembranças de um Rio provedor de água apropriada para consumo e banho volte a ser realidade. “A gente tem esperança, né? Que ainda vai acontecer isso aí. A gente tenta acreditar no que eles tão falando, mas não é fácil”, pondera Toninho. ♦

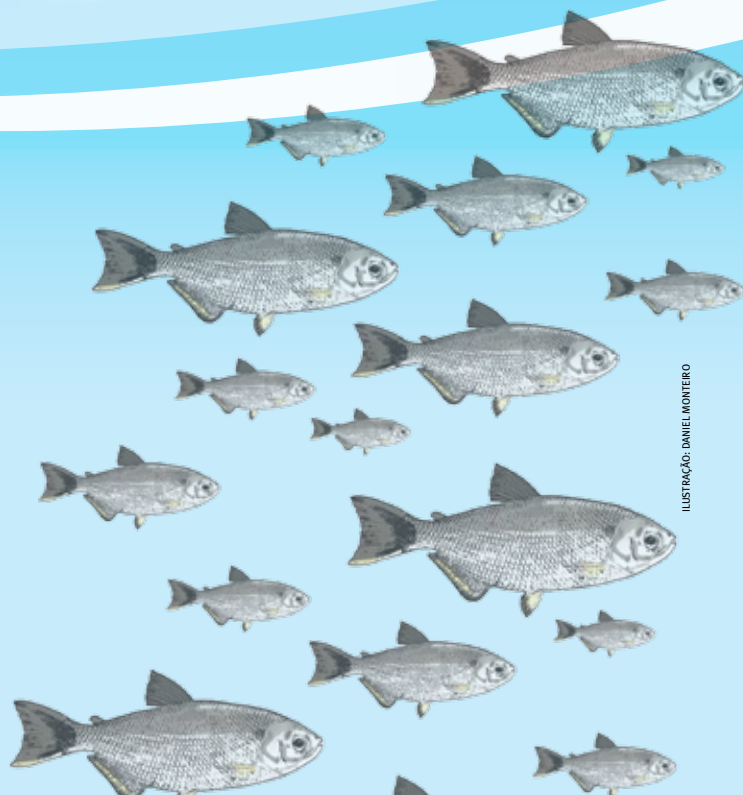


ILUSTRAÇÃO: DANIEL MONTEIRO

Correnteza de novidades

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) divulgou este ano o Mapa de Qualidade das Águas 2011. Elaborado por meio do monitoramento das bacias hidrográficas, o Mapa tem como objetivo identificar e melhorar a qualidade das águas em Minas Gerais.

O Igam coletou e analisou quatro amostragens de água durante um ano — duas no período seco e duas no chuvoso. Além disso, houve 78 pontos de monitoramento de águas subterrâneas para identificar os fatores antrópicos, geológicos e hidrogeológicos que interferem na qualidade dessas águas.

O Índice de Qualidade das Águas (IQA), que avalia a contaminação dos corpos hídricos, apontou melhora nas bacias do Rio Grande e Paranaíba e nas sub-bacias do Paracatu, Urucuia e Verde Grande. O IQA bom da Bacia de Urucuia subiu de 28%, em 2010, para 48%, em 2011. Apesar dos resultados positivos, o Índice também demonstrou que a qualidade das águas piorou em regiões como a Bacia do Rio Piracicaba, que caiu de 35% de IQA bom, em 2010, para 17% no ano seguinte.

Já na Bacia do Velhas, o IQA indicou uma pequena piora na qualidade das águas, devido às chuvas registradas em 2011 — as quais foram responsáveis pelo carreamento de sedimentos ao curso d'água. No ano de 2010, o IQA bom era de 12% e caiu para 9%, em 2011.

CAMINHOS DO MUNDO

Rio mais quem?

PARTICIPAÇÃO POPULAR É NEGLIGENCIADA NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ISADORA MARQUES, LUÍS CUNHA E NATÁLIA FERRAZ
Estudantes de Comunicação Social da UFMG



Quatrocentos e noventa e seis milhões de reais. Esse é o gasto previsto para a organização da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que acontecerá em junho, no Rio de Janeiro. Mas o que era para ser motivo de comemoração talvez não seja algo tão bom assim. Conhecida como Rio+20 por marcar os vinte anos da Eco 92 [ver box], a Conferência deverá contribuir para a definição da agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Ainda não se sabe exatamente, porém, o que esperar de tudo isso.

Após sucessivas tentativas de contato com a assessoria de imprensa da organização do evento, fomos informados de que nenhum membro poderia conceder entrevista. A assessoria nos orientou a buscar todas as informações no site [www.rio20.info/2012]. Sem alternativa, foi o que fizemos — ou tentamos fazer.

AGULHA NO PALHEIRO

A página informa que o encontro será dividido em três momentos. Nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho, acontecerá uma reunião do Comitê Preparatório, na qual os representantes governamentais negociarão os documentos a serem discutidos. Contudo, não há informações de quais documentos são esses. Talvez se trate do Rascunho Zero, pronto desde janeiro deste ano.

Em seguida, entre os dias 16 e 19, a programação inclui eventos com a sociedade civil. De acordo com o site, os cidadãos podem participar por meio de grupos oficiais chamados *Major Groups*. São eles: Agricultores; Autoridades locais; Comunidade científica e tecnológica; Crianças e jovens; Mulheres; Negócios e indústria; ONGs; Povos nativos; e Trabalhadores e sindicatos. O site não informa claramente, no entanto, os critérios de participação.

Também foi criada a *Diálogos de Desenvolvimento Sustentável*, uma plataforma on-line [www.ridiialogues.org] que busca ampliar a participação popular durante a Rio+20. As discussões serão realizadas entre 16 e 19 de junho e envolverão grupos como comunidade científica, ONGs e setor privado para definir recomendações a serem consideradas pelos chefes de Estado e de Governo. “Nesses quatro dias em que não haverá participação de governo nem de pessoas das Nações Unidas, a sociedade civil poderá debater **dez temas**”, diz o negociador brasileiro para a Conferência, André Corrêa, em declaração no Seminário Sobre Temas da Rio+20. As considerações sobre esses assuntos seriam levadas aos chefes de Estado.

De 20 a 22 de junho, o encerramento fica por conta do chamado Segmento de Alto Nível, do qual se espera a participação de chefes de Estado e de Governo dos países-membros da ONU. Em abril deste ano, os organizadores da Conferência confirmaram a presença de 130 chefes de Estado na Rio+20, dentre eles o presidente da França, François Hollande, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Duas ausências também são certas: a do primeiro ministro britânico, David Cameron, e da

chanceler alemã, Angela Merkel.

O evento terá dois temas principais: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. A partir desses eixos, a Conferência se propõe a renovar os compromissos políticos assumidos nas principais cúpulas sobre o assunto, avaliando o progresso e as lacunas na implementação das decisões adotadas.

Para o coordenador do Projeto Manuelzão, Thomaz da Matta Machado, essa discussão é fundamental. “É importante que se faça reuniões desse tipo, que envolvem um conjunto de países, abordando a crise ambiental internacional. Esse debate precisa ser feito e é bom que seja feito no Brasil”.

Já o ex-ministro de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, vê a Rio+20 no contexto de uma discussão mais ampla sobre o atual modelo de produção e consumo: “o que vai acontecer no Rio é parte de um processo que vem sendo construído no âmbito das Nações Unidas e da sociedade em relação à constatação de que nós vivemos num modelo de desenvolvimento que está falhando e que deve ser repensado”.

1. Água;
2. A economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo;
3. Cidades sustentáveis e inovação;
4. Desemprego trabalho decente e migrações;
5. Desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza;
6. Energia sustentável para todos;
7. Florestas;
8. Oceanos;
9. O desenvolvimento sustentável como uma resposta às crises econômicas e financeiras;
10. • Segurança alimentar e nutricional.

1972

Conferência de Estocolmo

Realizada em 1972, a Conferência de Estocolmo representou o primeiro grande passo em busca da superação dos problemas ambientais. Até então, era comum pensar que os recursos naturais eram inesgotáveis. Foi somente a partir da reunião que a temática ambiental passou a integrar a agenda política internacional.

1992

Eco 92

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco 92) foi realizada em junho de 1992. O encontro, que reuniu 108 chefes de Estado para buscar maneiras de preservar o planeta, adotou a *Agenda 21*, um programa direcionado para atividades que protejam os recursos

naturais. Dentre as áreas de ação, o programa inclui o combate à poluição da água e do ar, ao desmatamento e fim da destruição das populações de peixes. Ela também inclui temas como pobreza, dívida externa dos países em desenvolvimento e estrutura da economia internacional.

Como a participação da sociedade não estava clara, as pessoas decidiram organizar eventos paralelos à Conferência. O resultado dessa luta é a Cúpula dos Povos. Trata-se de um evento organizado pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, um grupo formado pela sociedade civil que busca articular e facilitar a participação popular no processo iniciado pela Conferência da ONU. As discussões ocorrerão no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, paralelamente à Rio+20. Qualquer organização social pode participar. A ideia é que a Assembleia Permanente dos Povos, principal fórum da Cúpula dos Povos, discuta as questões de alimentação, economia, energia e meio ambiente ao redor do planeta, além de propor modelos alternativos para a agenda política internacional.

Para o integrante do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, Marcelo Durão, a sociedade civil perdeu espaço na Conferência, em relação aos encontros anteriores. “Na Eco 92, a relação que tinha era entre chefes de Estado e sociedade civil. Era uma cobrança, uma coisa muito mais próxima. Na Rio+20, são chefes de Estado e grandes corporações. Tira a sociedade civil do diálogo e da construção das propostas”, compara.

As inscrições para a Conferência, que foram abertas a organizações credenciadas, dão acesso a toda a programação da Rio+20. No entanto, haverá limitações para as assembleias, especialmente durante as atividades direcionadas ao Segmento de Alto Nível. Participantes com credenciamento (processo pelo qual as organizações recebem reconhecimento oficial e temporário das Nações Unidas ao atender a determinados critérios), podem não ter acesso ao pavilhão em todos os momentos. Embora não exista nenhuma política para limitar o número de representantes que cada organização pode registrar, a Secretaria da Conferência se reserva o direito de restringir o acesso ao Centro de Convenções ou a qualquer um dos pavilhões, ou ainda solicitar que os participantes credenciados deixem o local.

CAMINHO ANDADO

Na Resolução 64/236 da Assembleia-Geral, de 31 de março de 2010, a ONU determinou a realização da Rio+20, seus objetivos e temas. A Resolução também estabelece a programação das reuniões do Comitê Preparatório, as PrepComs, que aconteceram desde maio de 2010 para encaminhar as negociações. O processo foi conduzido pelo subsecretário geral das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais e secretário geral da Conferência, Embaixador Sha Zukang, da China. Há também uma Mesa Diretora que se reunia com regularidade em Nova York e que decidiu questões relativas à organização do evento. Fazem parte dela representantes dos cinco grupos regionais da ONU (Africano; Ásia-Pacífico; Leste Europeu; América Latina e Caribe; e Europa Ocidental), inclusive dos *Major Groups*. Paralelamente, aconteceram encontros “informais” nos países envolvidos para pensar os temas que seriam debatidos na Rio+20.

“Na Eco 92, a relação que tinha era entre chefes de Estado e sociedade civil. Era uma cobrança, uma coisa muito mais próxima. Na Rio+20, são chefes de Estado e grandes corporações. Tira a sociedade civil do diálogo e da construção das propostas”

No dia 1º de novembro de 2011, acabou o prazo para que os Estados, as organizações internacionais e a sociedade civil submetessem contribuições e sugestões por escrito às Nações Unidas. A partir das PrepComs e sugestões recebidas, o Secretariado publicou em janeiro deste ano o *Rascunho Zero*, texto-base para a Conferência. No fim do ano passado, a ONU também lançou a campanha

1997

Cúpula da Terra +5

Em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas organizou uma reunião especial em Nova York chamada Cúpula da Terra +5 para avaliar e revisar a implementação da *Agenda 21*. O documento final da sessão recomendou a adoção de metas para reduzir as emissões de gases de efeito es-

tufa, estimular a produção e o uso sustentável de energia e erradicar a pobreza. No mesmo ano foi negociado o Protocolo de Quioto. Contudo, o Protocolo só entrou em vigor em fevereiro de 2005. Trata-se de um acordo internacional que estabelece metas obrigatórias para 37 países industrializa-

dos e para a Comunidade Europeia reduzirem as emissões de gases estufa, como o dióxido de carbono (CO₂). Enquanto as convenções até aquele momento incentivavam os países industrializados a estabilizarem as emissões de gases de efeito estufa, o Protocolo “obrigou-os” a fazê-lo.

O futuro que queremos com a intenção de mobilizar a sociedade civil. Com a pergunta “Se você pudesse construir o futuro, o que você gostaria de fazer?”, a ideia era chamar os cidadãos para um debate por meio de redes sociais para que sua “voz” chegasse aos políticos locais. A proposta não incluía uma participação efetiva nos documentos preparatórios da Rio+20 e só foi lançada após o término do prazo de contribuições de organizações e da sociedade civil ao *Rascunho Zero*.

Em carta aberta ao secretário geral da Conferência divulgada em março, o representante internacional da Fundação IBON (instituição filipina com programas em educação, pesquisa e advocacia), Paul Quintos, manifestou preocupação com a contínua exclusão dos *Major Groups*. Ao contrário do que ocorreu nas PrepComs, eles não foram autorizados a apresentar revisões ou fazer declarações sobre o que foi apresentado no processo formal de negociação do documento final da Rio+20.

Para o ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, é natural que um evento como a Conferência seja mais fechado à participação popular por causa do *modus operandi* das Nações Unidas. Segundo ele, é importante que eventos organizados pela própria sociedade também aconteçam: “a gente sempre espera que uma boa mobilização popular possa influenciar, ainda que tangencialmente, as decisões da Conferência”. Já o integrante do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, Marcelo Durão, acredita que o diálogo com a sociedade proposto para os dias de Conferência não é enriquecedor porque não contou com uma participação prévia da população. “Na verdade os temas já estão orientados. Não há uma construção do debate”, argumenta Marcelo.

TEM MAIS

Além dos obstáculos com a participação popular, a Rio+20 é alvo de outras críticas. O tema da água, por exemplo, está sendo pouco abordado. Segundo o coordenador do Projeto Manuelzão, Thomaz da Matta Ma-

chado, a bacia hidrográfica e o ecossistema aquático são fundamentais para se compreender e enfrentar a crise ambiental: “a questão do aquecimento global é importante, mas não é a única”.

Na visão de Thomaz, mesmo a abordagem que é dada ao aquecimento não é satisfatória porque é tratada de uma maneira muito genérica. “Ela considera, por exemplo, hidrelétrica como energia limpa. E nós sabemos que só é limpa do ponto de vista do aquecimento global. Do ponto de vista do ecossistema aquático e da preservação ambiental, não”, explica.

Essa é a mesma visão do ex-ministro, que também observa uma falta de sintonia entre a Conferência e a população porque a agenda oficial da Rio+20 não corresponde às demandas da sociedade. De acordo com ele, é preciso dar maior atenção à temática da água e também da biodiversidade.

Alguns críticos atribuem às crises norte-americana e europeia uma razão para não se ter muitas expectativas em relação à Conferência, já que muitos líderes mundiais não participarão e não se sabe qual é o grau de compromisso que os países estão dispostos a assumir. Na visão de José Carlos, porém, há outros motivos que contribuem para propostas limitadas diante da problemática ambiental. “Eu acho que a Rio+20 é tímida por razões políticas e ideológicas, diante da posição dos países desenvolvidos que insistem na manutenção do modelo de uso predatório dos recursos naturais tocado pela velha economia”, afirma. ♦

Antes de 13 de junho, o público pode enviar sugestões para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) escritas em alguma das línguas oficiais da ONU, que não incluem o português (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo) pelo e-mail uncsd2012@un.org. A organização do evento, porém, não explica o que será feito com essas informações.

2002

Rio+10

Em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada em Joanesburgo, na África do Sul, para fazer um balanço das conquistas, desafios e novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992. Assim, a Rio+10 foi concebida com a promessa de transformar as me-

tas, promessas e compromissos da *Agenda 21* em ações concretas e tangíveis. Para isso, a Rio+10 se propôs a apoiar a criação de alianças regionais fortes para promover a cooperação internacional, afirmou que o setor privado também tem o dever de contribuir ao desenvolvimento sustentável e

estimulou a criação de instituições internacionais mais eficientes, democráticas e responsáveis.

Nem só no campo

CÓDIGO FLORESTAL TAMBÉM SE APLICA ÀS ÁREAS URBANAS

ANNA CLÁUDIA PINHEIRO E NATÁLIA FERRAZ
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

A proposição de mudanças ao Código Florestal movimentou o Congresso Nacional nos últimos meses e gerou muitas repercussões junto à sociedade. O movimento “Veta Dilma!”, por exemplo, ganhou destaque tanto na mídia quanto nas redes sociais. O debate privilegiou os impactos sobre as propriedades rurais e as florestas, mas a lei não se restringe a esses locais. O artigo 2º do Código vigente determina que as mesmas limitações referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas zonas rurais também se aplicam às cidades. São as APPs [ver infográfico] que garantem o equilíbrio entre os espaços ocupados pela população e aqueles que possuem elementos naturais que devem ser preservados.

As Áreas de Preservação Permanente funcionam como proteção do entorno de nascentes, faixas marginais de cursos d’água e encostas. Além disso, elas são consideradas locais mais sujeitos a erosão do solo, enchentes e deslizamentos. “Todos os últimos acidentes no Brasil, tanto relacionados a problemas geotécnicos de escorregamentos quanto a grandes enchentes, estão diretamente associados às APPs”, observa o geógrafo e mestre em Gestão, Projeto e Planejamento Habitacional, Márcio Ackermann.

RESPONSABILIDADES

A qualidade e a segurança do espaço ocupado pelas pessoas são garantidas pela manutenção das Áreas de Preservação Permanente. Para a coordenadora da Promotoria de Justiça Metropolitana, Habitação e Urbanismo do Ministério Público Estadual, Marta Larcher, preservar a APP é uma necessidade para as zonas urbanas. “Não é um luxo. Não é apenas por preservar, tem uma razão de ser. Não adianta o homem querer medir forças com a natureza porque a natureza sempre dita as regras”, afirma.

De acordo com a gerente de Gestão Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Márcia Mourão, é preciso que as pessoas compreendam a utilidade das APPs. Ela explica que muitas vezes essas áreas são consideradas terrenos sem uso,

o que aumenta as chances de invasão e deposição de lixo. O maior desafio, segundo Márcia, é descobrir uma forma de “atrelar a preservação ao uso garantido pela população de maneira que, ao entrar na área, as pessoas percebam a sua importância e ajudem a conservá-la”.

Por outro lado, Marta Larcher ressalta a importância de que o poder público respeite a lei. A promotora propõe que aconteça a responsabilização por improbidade administrativa e criminal das intervenções não-autorizadas em Áreas de Preservação Permanente. “Enquanto a gente não responsabilizar o gestor omissor porque não atuou ou porque deu uma licença indevida, nós vamos continuar sem resolver as situações. À medida que ele for responsabilizado, sofrer as sanções da lei, vai pensar antes de continuar autorizando”, explica.

Como o Código determina que suas restrições também valem para as cidades, mas não entra em detalhes, Márcia afirma que há muitas dúvidas e possibilidades de uso indevido. “O Código vigente, em termos de área urbana, é muito pouco claro e esse fator é o principal detonador da não-observância a ele próprio”, justifica. Já segundo Marta Larcher, o pior problema não é a falta de clareza, mas a atitude dos órgãos ambientais e do setor produtivo que deturpam os conceitos legais na tentativa de diminuir a proteção e autorizar as alterações das APPs fora do que está previsto em legislação.

UM CASO CONCRETO

Um rápido olhar para a capital mineira mostra a atenção dispensada às Áreas de Preservação Permanente no espaço urbano. “Belo Horizonte é uma cidade extremamente irrigada, temos 700 quilômetros de córregos para conviver pacificamente com a área ocupada pelos homens. Conciliar isso é muito complicado”, exemplifica Márcia Mourão. Em alguns momentos, a cidade optou por medidas como a canalização, que mostram que a proteção das APPs ficou em segundo plano.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DAS CIDADES COM O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Área de Preservação Permanente	Encostas	Margens de rio	Topos de Morro
Como é atualmente	Acima de 45° são preservadas integralmente. Entre 25° e 45°, o uso é restrito	Deve ser preservada uma faixa mínima de 30m em relação ao leito maior de rios pequenos	Não podem ser desmatados
Como ficará	Acima de 45° serão preservadas integralmente. Entre 25° e 45°, não serão consideradas APPs	Deve ser preservada uma faixa mínima de 30m em relação ao nível médio de rios	Só contam como APPs morros a partir de 100m de altura

Apesar disso, a gerente de Gestão Ambiental afirma que em Belo Horizonte só é aprovado o que é legal. “Nós não podemos aprovar o que não está na lei. Em relação à desobediência da preservação desses espaços por parte da população, com certeza tem muita coisa para ser corrigida”, avalia Márcia Mourão. Segundo ela, o que a Prefeitura de Belo Horizonte tem feito para tentar preservar as áreas verdes públicas é criar parques e praças. “Uma vez lá dentro, as pessoas usufruem, passam a perceber a área como delas próprias e começam a ajudar, defender e cuidar dessa preservação”, esclarece. Outra estratégia seria garantir que APPs possam ser incluídas em propriedades privadas no processo de parcelamento de lotes. Assim, o risco de invasão pode diminuir, uma vez que os proprietários passariam a colaborar com a fiscalização.

Márcia defende, entretanto, que é preciso haver “brechas” e especificações no Código para situações consolidadas e remanescentes de um período anterior à lei, como a canalização do Ribeirão Arrudas. Segundo ela, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte não considera que o trabalho de renaturalização e manutenção da APP do Arrudas compense. Nesse caso, a mobilidade urbana foi colocada como uma prioridade. O Projeto Manuelzão discorda dessa decisão e avalia que é possível conciliar mobilidade e preservação.

Planejamento urbano com fiscalização eficiente são os principais caminhos apontados pela promotora de justiça Marta Larcher para que o Código Florestal seja respeitado, equilibrando preservação e crescimento das cidades. É preciso definir que as APPs não são passíveis de ocupação por causa das consequências dessa situação. A sugestão de Márcio Ackermann é que se faça um mapeamento das Áreas de Preservação Permanente relacionando a falta de respeito aos seus limites a problemas como dificuldades com abastecimento de água, deslizamentos e enchentes.

Mudanças na lei geram polêmica

O Código Florestal foi criado em 1965 e, desde então, já sofreu sete alterações. Em 2009 foi criada uma comissão especial na Câmara dos Deputados a fim de unir 11 projetos de lei para mudar o Código. Em relação às Áreas de Preservação Permanente, o texto-base aprovado pela comissão propunha reduzir a extensão mínima das APPs. Os atuais 30 metros de extensão passariam para 15 metros de faixa marginal dos cursos d'água. O texto propunha também a demarcação das matas ciliares protegidas a partir do leito menor do rio e não do nível maior do curso d'água. A justificativa para essas mudanças era que uma lei não pode impor os mesmos parâmetros para todo o país, passando por cima das características locais. “Lamentavelmente, o escopo tratado pelos nossos parlamentares é de eliminar restrições e não aperfeiçoar o Código Florestal”, afirma Márcio Ackermann.

Em abril deste ano o novo Código Florestal foi aprovado no Congresso Nacional. Depois de diversas alterações, ficou decidido no texto que não haveria modificações na largura das Áreas de Preservação Permanente do Código Florestal. No dia 25 de maio, a presidente Dilma Rousseff vetou 12 pontos do polêmico projeto de lei e fez 32 modificações no texto do Código Florestal. Para preencher as lacunas deixadas pelo veto, foi publicada a Medida Provisória nº 571/2012. Uma das principais supressões foi o artigo 61, que anistiava desmatamentos ilegais feitos em APPs. Em seu lugar foi inserida uma nova formulação que determina que em áreas de até 1 módulo fiscal (a média do módulo no país é 20 hectares), é obrigatório recompor somente 5 metros no entorno de rios de até 10 metros de largura. Em propriedades acima de 10 módulos fiscais, a recomposição mínima será de 30 metros em cada margem. ♦



Boulevard Arrudas, em Belo Horizonte: Áreas de Preservação Permanente perdem espaço para o crescimento da cidade

O que os olhos não veem

MICROPOLUENTES ENCONTRADOS NA ÁGUA PODEM AFETAR SERIAMENTE O ORGANISMO HUMANO

ANNA CLÁUDIA PINHEIRO E LUÍS CUNHA
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Refletir sobre a relação da sociedade com produtos consumidos no cotidiano vai além da compra e descarte das embalagens. Seja pela correria do dia-a-dia ou por falta de informação, as pessoas não costumam pensar na maneira como cosméticos e plásticos afetam seu organismo. E a lista não para por aí: carpetes, produtos de limpeza e até mesmo roupas podem oferecer riscos à saúde. Esses itens contêm desreguladores endócrinos, substâncias químicas suspeitas de atuarem como hormônios artificiais e que podem ser absorvidas pelo contato com a pele ou por meio da alimentação.

A maioria dessas substâncias tem uma formação química muito semelhante aos hormônios naturais, o que leva estudiosos a desconfiarem de interferências no organismo dos seres vivos. Em mulheres, a exposição aos desreguladores é apontada como o principal fator de risco para o desenvolvimento de câncer de mama e de útero. Já nos homens, os micropoluentes podem resultar em diminuição do número

de espermatozoides, impotência sexual e crescimento das mamas.

De acordo com a coordenadora da Campanha Contra Desreguladores Endócrinos da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia do Estado de São Paulo, Elaine Costa, os seres humanos em desenvolvimento, como bebês e crianças, seriam os mais sensíveis à influência dos desreguladores endócrinos. “Qualquer substância que possa atrapalhar esse processo [de formação] pode desencadear doenças. Outra fase seria a adolescência, que também tem mudanças hormonais”, explica.

SEM REMÉDIO

Por muitos anos o Bisfenol A (BPA) tem sido uma das substâncias químicas de maior produção ao redor do mundo. Ele está presente em muitos itens, de encanamentos e garrafas de água mineral a mamadeiras. O BPA já foi detectado em alimentos de latas de conserva em quantidades suficientes para estimular a proliferação de células de câncer de mama. A substância é proibida em países como o Canadá e a Dinamarca e em alguns estados norte-americanos. No Brasil, a produção do BPA foi proibida em setembro de 2011 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com prazo para a retirada do produto das prateleiras e estoques até o final deste ano.

A água é outra significativa forma de contato com os desreguladores endócrinos. As águas superficiais são contaminadas por substâncias químicas da agricultura e efluentes industriais e domésticos que não são removidas pelos processos convencionais de tratamento. Os efeitos dos desreguladores no meio ambiente não dependem somente das suas concentrações, mas também de fatores como a bioacumulação (absorção e retenção de substâncias químicas nos seres vivos). Os pesticidas, por exemplo, não são biodegradáveis nem metabolizados pelos organismos. Assim, os seres humanos, que se encontram no topo das cadeias alimentares, apresentam concentrações mais altas dessas substâncias do que os animais da base.



Atualmente, os micropoluentes são uma preocupação mundial e tecnologias de tratamento de remoção têm sido pesquisadas. Segundo a professora do Departamento de Clínica Médica e Endocrinologia da Faculdade de Medicina da UFMG, Anelise Impelizeri, é preciso criar um sistema de avaliação da água para estudar o que vem interferindo na saúde humana e sensibilizar governantes e indústrias químicas que trabalham com micropoluentes.

Os efluentes das Estações de Tratamento de Esgoto são importantes fontes de lançamento de estrogênio (hormônio responsável pelo desenvolvimento de características femininas) nas águas. A solução poderia estar em processos como a ozonização (aplicação do ozônio para erradicar as substâncias patogênicas presentes na água), que vêm ganhando atenção no tratamento de efluentes industriais e domésticos e de água potável. Para a professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Sonia Hess, a melhor forma de lidar com os desreguladores endócrinos por enquanto é a prevenção. “Seria necessário levar a sério essa questão, mudar a legislação e o modo como a gente lida com os materiais”, afirma Sonia. O que traria segurança para a população, por exemplo, seria um teste com cada material, como pegar um copo plástico, servir café nele e testar se a bebida causará algum efeito no organismo.

MELHOR PREVENIR

Em 2010, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia do Estado de São Paulo criou a Campanha Contra Desreguladores Endócrinos, que pretende alertar a população sobre o risco de contaminação e de ações que aumentam a exposição aos desreguladores. De acordo com a coordenadora da Campanha, não há tratamento para a ação dos micropoluentes no organismo humano. “É por isso que temos focado na política de prevenção”, diz. Elaine ainda explica que os problemas de saúde podem se manifestar somente na vida adulta ou mesmo não serem perceptíveis numa geração, sendo transmitidos para outra.

Além disso, a Campanha tem como objetivo sensibilizar órgãos públicos sobre a necessidade de suspender a utilização dessas substâncias e envolver profissionais da saúde, como farmacêuticos e nutricionistas, para propor alternativas. “Optamos por começar com o Bisfenol A porque é uma das substâncias mais estudadas e outros países já estavam fazendo campanha em relação a ele”, argumenta a coordenadora da Campanha, Elaine Costa. “Mas pretendemos partir para outras substâncias. Por exemplo, os inseticidas, que são utilizados indiscriminadamente nos alimentos”.

Segundo Elaine, a principal dificuldade que a Campanha enfrenta é a falta de recursos financeiros. Apesar disso, ela diz que a Campanha vem crescendo: “No início era para ser no estado de São Paulo. Agora, está se iniciando a abrangência nacional”. As ações da Campanha Contra Desreguladores Endócrinos incluem apresentações da proposta para os municípios e postagens nas redes sociais e em um blog [www.desreguladoresendocri-nos.org.br]. ♦

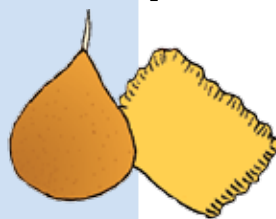
Atenção redobrada

De acordo com a professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Sonia Hess, evitar o consumo de alimentos servidos em embalagens plásticas e latas de conserva é a melhor forma de reduzir a presença dos desreguladores endócrinos no organismo.

Para isso, é preciso levar em conta variáveis que aumentam a troca dessas substâncias com os alimentos:

“Natureza” do alimento

Quanto mais gordurosos forem os alimentos, maior será a absorção de micropoluentes. Exemplos: chips e salgados.



ILUSTRAÇÕES: DANIEL MONTEIRO

Temperatura

Quanto mais quentes forem os alimentos, maior será a absorção de micropoluentes. Exemplos: café e macarrão servidos em copo plástico.



Tempo de contato com a embalagem

Quanto mais tempo os alimentos ficarem em contato com as embalagens, maior será a absorção de micropoluentes. Exemplos: conservas em lata e pipoca de micro-ondas.



Um rio de problemas

PARA O IDEALIZADOR DO PROJETO MANUELZÃO, APOLO HERINGER, ALÉM DE SUPERFATURAMENTO E ATRASOS DA OBRA, A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO TRAZ UMA SÉRIE DE IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

ISADORA MARQUES

Estudante de Comunicação Social da UFMG

Canais rachados, obras atrasadas e custos estratosféricos. Assim encontra-se o mais caro projeto do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, a transposição do Rio São Francisco. Segundo o Ministério da Integração Nacional, os canais degradados deverão ser refeitos pelas construtoras responsáveis pelas obras. O atraso, porém, não tem conserto. A obra do canal Eixo Leste, por exemplo, iniciada em 2007 e cuja conclusão estava prevista para o fim deste ano, só deve terminar em dezembro de 2014. Além disso, o custo estimado do conjunto de obras passou dos R\$ 5,04 bilhões iniciais para cerca de R\$ 6,85 bilhões, um aumento de 36%.

A transposição do São Francisco é um antigo e polêmico projeto de retirada de parte das águas do Rio para o fornecimento de água ao Nordeste Setentrional. A obra

prevê a construção de mais de 600 quilômetros de canais de concreto em dois grandes eixos (Norte e Leste), que conduzirão água ao longo do território de quatro estados — Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

UMA GRANDE MENTIRA

A ideia divulgada pelo governo federal é de que a água transposta irá abastecer a população que sofre com a seca no Nordeste. Essa propaganda, porém, é duplamente enganosa. Em primeiro lugar, o problema do Nordeste não é a seca, mas um regime irregular de chuvas. Em segundo, a transposição não vai atender aos interesses da população sem água. Para o idealizador do Projeto Manuelzão e ex-presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Apolo Heringer, esse projeto tem tudo para dar errado: “É uma coisa sem saída, eu não conheço um só argumento que torne defensável a transposição do Rio São Francisco”.

Além de não levar água a quem precisa, e sim atender aos interesses da indústria da seca e do agronegócio, a transposição apresenta vários outros problemas. Um deles diz respeito à limitação técnica. Estão sendo construídos imensos canais abertos em uma região com altos índices de evaporação e que, por isso, jamais poderão levar água a todas as casas da população dispersa do semiárido nordestino. Existem várias alternativas para o convívio com clima do Nordeste e o abastecimento humano. As opções vão das cisternas aos açudes, os quais já armazenam cerca de 40 bilhões de metros cúbicos de água, o suficiente para atender às pessoas que sofrem com a concentração de chuvas em poucos meses do ano. O que falta, na verdade, é distribuir toda essa água.

A transposição do Rio São Francisco surge, assim, como a pior das escolhas. Segundo Apolo, a obra só se explica por arranjos políticos, de modo que se fazem obras para atender aos interesses das grandes empreiteiras. O preço dessas escolhas, obviamente, é muito alto e com a transposição não é diferente. Além das obras superfaturadas, a própria manutenção do projeto irá aumentar bastante o preço da água. Em entrevista, Apolo critica a transposição e defende a adoção de práticas de convívio com a realidade do semiárido nordestino.

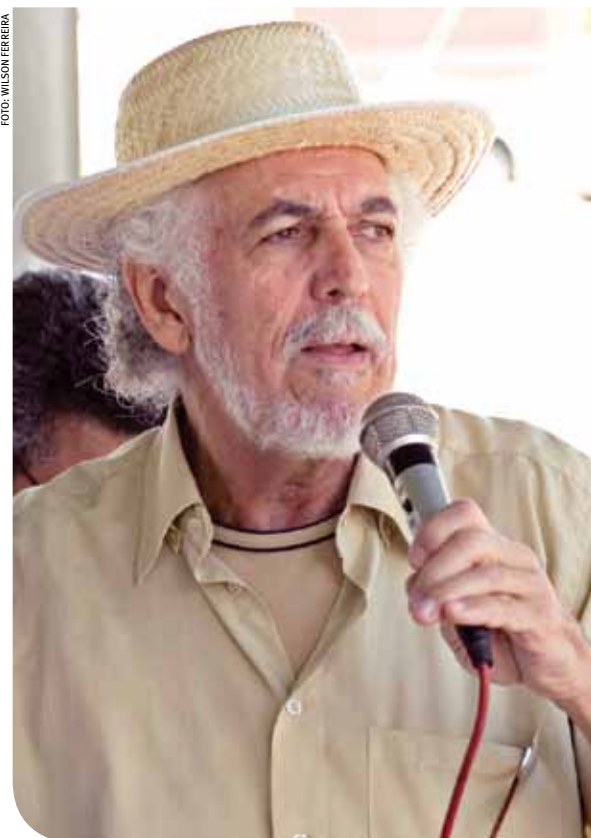


FOTO: WILSON FERREIRA

O superfaturamento é uma das faces mais evidentes dos prejuízos da transposição. Como você vê isso?

O superfaturamento na transposição não é notícia, notícia seria se ele não existisse. A transposição em si é uma corrupção política. Esse não é o problema da transposição.

Quais são, então, os principais problemas da transposição?

A transposição é uma proposta que precedeu o diagnóstico do semieárido brasileiro. É como se um médico desse uma receita por ouvir dizer, sem ter feito um diagnóstico do paciente. É uma série de mentiras. A realidade escondida aí são os interesses da indústria da seca do Nordeste, uma indústria perversa que sempre explorou a pobreza do nordestino, sempre usou a falta d'água "por causa do clima" para dominar politicamente as populações pobres. A indústria da seca sempre usou caminhão pipa, sempre usou a seca para que o povo buscasse água nos seus açudes construídos com verba do governo federal. Ela é que alimentou esse projeto da transposição do São Francisco, que não vai resolver nenhum problema do homem do Nordeste porque o problema da seca lá não é por falta d'água, mas por concentração de água.

Eles querem fazer a transposição para a grande irrigação de empresas exportadoras. Seria para exportar manga, melão, camarão de água doce. Então você está exportando água sob a forma de frutas e camarão de uma região que diz que não tem água e que depende da água de outra bacia hidrográfica. É uma obra caríssima cuja manutenção é caríssima: a água lá vai custar de cinco a seis vezes mais caro do que custa aqui na Bacia do São Francisco. É uma coisa sem saída, eu não conheço um só argumento que torne defensável a transposição do Rio São Francisco.

Por que a miséria dessa região do Nordeste é por falta d'água e no resto do Brasil não é por falta d'água? No Nordeste fala-se que não tem água, quando na verdade existe muita água concentrada nos açudes, da mesma forma que tem muito dinheiro concentrado nos bancos e tem muitas mercadorias para comer nos supermercados e tem muita propriedade privada concentrada nas mãos de poucos. Com a água não é diferente. Então por que não distribui a água? Porque também não distribui a comida, o dinheiro e a propriedade.

O Comitê de Bacia Hidrográfica foi consultado pelo governo federal na época do início das obras?

O Comitê da Bacia do São Francisco aprovou que a água fosse fornecida por meio de tubos ao Nordeste Setentrional para abastecimento humano e dessedentação de animais domésticos, desde que comprova a necessidade. Mas não seria através de grandes

canais abertos para a irrigação agrícola de empresas exportadoras. O abastecimento das famílias já estava garantido porque lá tem uma reserva de 40 bilhões de metros cúbicos de água nos açudes, o que equivale aproximadamente a 16 baías da Guanabara. Então não é para levar um copo d'água para o nordestino, tudo isso é mentira. É fazer uma obra para movimentar os esquemas das empreiteiras. Não existe um sistema de distribuição de água para as cidades pequenas.

As obras que foram feitas estão rachando. E além do superfaturamento, o pior: as obras foram superdimensionadas. Isso é um escândalo de engenharia, um escândalo financeiro, político, hidrológico, é um escândalo de todo tipo. O Brasil precisa rediscutir a transposição, esse debate é fundamental. Não podemos aceitar que continue essa obra. A transposição não vai começar. Se começar, não vai continuar. Se continuar, não vai terminar. Se terminar, não vai funcionar. Se funcionar, não vai ser o que eles têm dito aí. Estamos diante de uma loucura total, muito pior do que a Transamazônica.

“O projeto de transposição do São Francisco está a serviço de uma economia descolada do clima nordestino, descolada da tradição do povo e da experiência do povo”

O governo concebeu o projeto negligenciando os atores contrários à transposição?

O governo optou pela propaganda na televisão, mostrando as maravilhas da transposição. Imagine uma pessoa humilde, trabalhadora diante de um programa de televisão falando que faria chegar água em todas as casas, falando que, com a transposição, o povo vai poder criar cabrito, vaca, peixes, que os meninos vão poder ir pra aula. O governo fez essa covardia. Não tem como um canal mandar água para tudo quanto é casa em pequenas propriedades rurais. Os canos teriam que sair desse canal, subir e descer morro.

Quais alternativas seriam mais adequadas para a realidade do semiárido nordestino?

A água chega nessas regiões por gravidade: a água da chuva. O Nordeste tem uma média de chuva de 700 milímetros por ano, muito mais do que em várias regiões do mundo. E o que teria que fazer: reter a água das chuvas. Armazenar e tampar essa água para não evaporar. Seriam pequenas obras hídricas em cada região.

O governo também poderia fazer o que a Articulação do Semiárido [uma rede formada por cerca de 750 organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida] está fazendo: construir cisternas. É muito pouco, mas já dá para beber água o ano inteiro. Teria que fazer coisas maiores. Há lugares do Nordeste que têm poços artesianos. Em 40% da extensão do semiárido tem água de poço boa que pode ser usada. Tem centenas de microclimas com muita água. Você precisa se adaptar ao clima do Nordeste.

Os açudes que foram feitos são uma coisa boa, mas tem que dar um uso social, distribuir essa água. Você não pode é querer criar uma agricultura e uma produção animal artificial criando coisas que não estão adaptadas ao clima. O que está adaptado lá é a cabra, por exemplo. Agora, criar camarão de água doce, que polui a água e traz doenças, querer exportar frutas que não são de lá, sendo que as frutas de lá são uma maravilha, isso não dá. Vamos adaptar, vamos salvar o Cerrado e a Caatinga. A fruta que não é adaptada fica caríssima. O projeto de transposição do São Francisco está a serviço de uma economia descolada do clima nordestino, descolada da tradição e da experiência do povo.

Vamos potencializar o Nordeste e parar de fazer o discurso “Ah, é muito pobre. Há fome, há seca”. Nada disso. O Nordeste tem muita capacidade, muita fruta, muita água. Eu fui criado no semiárido nordestino, vi as farturas das feiras do Nordeste. Ao invés de atender mais ao fazendeiro rico do que ao pobre, poderia se fazer uma revolução agropecuária no Nordeste, usando o potencial da região, que é o semiárido mais úmido do mundo. Não é árido, é semiárido.

Maiores açudes do Nordeste, o Castanhão, localizado no estado do Ceará, possui capacidade para armazenar quase sete bilhões de metros cúbicos de água

O governo federal está conduzindo algum projeto de revitalização na Bacia do São Francisco?

O governo federal, querendo compensar a transposição, andou dando uma esmola para a revitalização. Mas a revitalização do governo federal não tem um projeto bem detalhado, como tem a transposição. Existem ações de revitalização sem pé nem cabeça, sem uma norma, sem discussão. É mais para tapear e enganar. A maioria dessas obras são canalizações objetivando avenidas sanitárias, o que é um absurdo. Eu vou chamar isso de projeto de revitalização?

Qual é a importância da revitalização da Bacia do Rio das Velhas para a Bacia do São Francisco?

O Velhas é o afluente mais importante do São Francisco. É o mais extenso, tem 800 km de extensão. A única Região Metropolitana de toda a Bacia do São Francisco é a de Belo Horizonte. Na Bacia do Rio das Velhas está aproximadamente quase um terço da população de toda a Bacia do São Francisco, 4 milhões e 600 mil pessoas. Por causa do tratamento de parte dos esgotos, que o Projeto Manuelzão conseguiu do governo estadual e da Copasa, o Rio das Velhas já melhorou muito a qualidade da água. E nós propusemos a Meta 2014 para continuar com isso. Tem mais peixe hoje no baixo Rio das Velhas do que no Rio São Francisco.

Como você imagina o cenário do São Francisco após a transposição?

Vai ser uma luta pela água, vai haver escassez. Vão fazer barragens, acabar com os rios e com a piracema. O povo não vai ter mais esses peixes maiores, só tilápia, tucunaré. Vai acabar o encanto dos rios e futuramente nós vamos ter que derrubar essas barragens. Pode escrever, no futuro, o mundo vai dizer: a natureza tinha razão, nós não precisávamos ter feito isso, tinha outras soluções. O que precisa é visão sistêmica e ecológica e o governo nem sabe o quê que é isso. ●



FOTO: HUMBERTO SANTOS

Acontece

FOTO: ACERVO MANUELZÃO



Falta de providências do poder público e desmobilização dos moradores levam a degradação de cursos d'água, na região do Barreiro

Um problema atrás do outro

Na região do Barreiro, várias questões preocupam dona Ivana Eva, mobilizadora do Núcleo Jatobá, na Bacia do Ribeirão Arrudas. Um dos problemas é que, além de não revitalizar os córregos da região, a Prefeitura de Belo Horizonte está concretando algumas margens. Segundo a mobilizadora, a Copasa ainda não cumpriu a promessa de instalar interceptores ao longo dos cursos d'água, de modo que há vários locais com esgoto a céu aberto. Dona Ivana explica que a região possui muitas nascentes não preservadas, que recebem esgoto das casas.

A mobilizadora destaca que tanto os órgãos públicos quanto a população precisam colaborar para a preservação das nascentes e córregos. Para isso, o Núcleo vem tentando sensibilizar a comunidade em relação ao descarte dos resíduos sólidos, a fim de combater o problema do lixo jogado nas ruas. Dona Ivana conta que o Núcleo já foi bastante ativo e trabalhou inclusive em parceria com escolas. No momento, porém, o grupo não consegue concretizar as ações que deveriam ser feitas por falta de mobilização.

À espera

Desde outubro do ano passado, a Copasa iniciou um processo licitatório que prevê obras de drenagem e implantação de redes coletoras de esgoto na Avenida Dois, no Bairro Colorado, em Contagem. Além disso, a Prefeitura propôs obras de pavimentação e construção de calçada na Avenida, localizada na Bacia do Ribeirão do Onça. Contudo, para os membros do Núcleo João Gomes — responsáveis por ações que abrangem alguns bairros de Contagem, como Novo Progresso e Jardim Laguna —, esse processo vem se arrastando sem que ninguém saiba das negociações. De acordo com a Copasa, a previsão era de que até o final de abril o processo de licitação fosse concluído para início das obras em maio.

O vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Colorado, Carlos Alberto da Silva, o Carlão, explica que a Prefeitura retirou moradores de áreas de risco da Avenida para preparar as obras. Segundo ele, o município não tem capacidade para acompanhar a área por causa do baixo número de fiscais. Para lidar com essa situação, o Núcleo tem identificado e monitorado as nascentes dos córregos da região. “Há muito tempo a gente vem discutindo, participando e ajudando na orientação ambiental”, diz Carlão. “Mas está faltando mais interesse dos órgãos públicos”.

Deslize

O Núcleo Integrado Cascatinha, em ações conjugadas com o Projeto Manuelzão e a comunidade, busca junto ao poder público soluções para problemas como esgoto a céu aberto, falta de coleta seletiva e descuido com as nascentes e cursos d'água na região do Bairro Caiçara. Alguns desses problemas foram atenuados com obras do Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (Drenurbs), como a instalação de interceptores e pavimentação de ruas. “Porém, em visitas técnicas realizadas recentemente, pudemos observar que ainda há muito a ser feito em favor da Microbacia do Córrego Cascatinha”, afirma a presidente do Núcleo, Solange Veneranda.

Na Avenida Prentice Coelho, há vários pontos de erosão em terrenos particulares, o que vem assoreando o leito do Córrego. “Talvez por esse motivo o Córrego tem transbordado com as chuvas, causando inundações em casas que antes nunca haviam sido prejudicadas”, diz Solange. A professora do Departamento de Botânica da UFMG, Maria Rita Muzzi, recomenda que seja feita a contenção das erosões e a recuperação da mata ciliar com espécies adequadas.



ETE ITAJUBÁ



ETE SERRO



COPASA

TRABALHANDO PARA TRATAR OS ESGOTOS E PRESERVAR A ÁGUA E A VIDA.

Quando se fala na Copasa, a gente logo pensa na água pura e saudável que chega todos os dias à nossa casa. Mas esse serviço não para por aí. É que depois que você utiliza a água, a Copasa faz um trabalho ainda mais importante. É o tratamento dos esgotos industriais e domésticos, que vai devolver essa água para a natureza livre de resíduos e poluentes, preservando o meio ambiente e ajudando a trazer a vida de volta para os nossos rios. Imagine o que isso significa para as cidades, em termos de saúde, trabalho, turismo, desenvolvimento e, acima de tudo, qualidade de vida. Como você pode ver, quando se trata de garantir a vida, a Copasa trabalha com muita transparência. Antes, durante e depois.

**R\$ 5,5 BILHÕES EM
INVESTIMENTOS DE 2003 A 2011**
(recursos próprios e financiamentos
de agentes federais)

**MAIS DE 600
CIDADES MINEIRAS
ATENDIDAS**

**118 ETES EM
OPERAÇÃO NO ESTADO
E 79 EM CONSTRUÇÃO**

**DESCONTOS DE
MAIS DE 50% NA
TARIFA SOCIAL**



RIO DAS VELHAS



ETE ARRUDAS



CENTRO DE OPERAÇÃO DE SISTEMAS DA COPASA - COS